

e o Albergue Municipal, com diagnóstico médico, através de receituários, ou cartas de referência e contra referência, de doenças crônicas e/ou infecciosas através de entrevista semi-estruturada; dois profissionais de Serviço Social responsáveis pelos órgãos citados, além do Secretário de Saúde, a fim de identificar ações de atenção voltadas à saúde da população em situação de rua. Resultados: Por se tratar de uma pesquisa em andamento os resultados serão analisados e interpretados posteriormente a partir da identificação de eixos de análise que emergirem do processo empírico e referenciados teoricamente. Conclusão: esse estudo poderá oferecer subsídios para a atenção à saúde dessa população na cidade do Guarujá/SP.

DETERMINANTES DA DEFICIÊNCIA DA VITAMINA A EM CRIANÇAS BRASILEIRAS

Lima, D.B. (1); Fujimori, E. (2); Borges, A.L.V. (2); Damiani, L.P. (2);

INSTITUIÇÃO: 1 - USP, UNIFAL/MG; 2 - USP;

Introdução: A deficiência de micronutrientes se destaca como um distúrbio nutricional relevante entre crianças, especialmente nos países em desenvolvimento. No Brasil, apesar das políticas de controle e prevenção, a deficiência de vitamina A continua como um importante problema de saúde pública. Objetivo: Avaliar os determinantes da deficiência de vitamina A em crianças brasileiras. Método: Análise secundária de dados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS/2006). Essa pesquisa transversal, de base populacional, foi conduzida em amostra probabilística complexa, com representação nacional. Analisou-se retinol sérico de 3.417 crianças menores de seis anos de idade. Retinol sérico $<0,7\text{mol/L}$ foi utilizado para definir deficiência de vitamina A (DVA). Os pesos amostrais foram considerados para os cálculos de frequências e porcentagens, medidas de dispersão e ajustes de modelos. Realizou-se análise univariada e múltipla, tendo como variável dependente a presença de DVA, utilizando um nível de significância de 5%. Resultados: Na análise univariada (OR bruta), as variáveis estatisticamente associadas ($p<0,05$) à DVA foram: local de residência (sudeste 22,1% e nordeste 19,3%), situação de residência (urbana 18,7%), idade materna >35 anos (31,4%) e consumo

de carne uma vez ao dia para crianças maiores de seis meses (6,8%). Não houve associação com variáveis biológicas da criança. Após ajuste para as variáveis de confusão permaneceram associadas à DVA: local de residência (nordeste [OR: 1,77; IC: 1,16-2,77]; sudeste [OR: 1,74; IC: 1,16-2,72]) situação de residência urbana (OR: 1,29; IC: 0,91-1,87), idade materna >35 anos (OR: 3,14; IC: 1,48-7,09) e consumo de carne uma vez ao dia [OR: 0,19; IC: 0,08-0,39]. Conclusão: Os resultados evidenciam que a DVA atinge especialmente as áreas urbanas do país. Embora ocorra de forma diferenciada nas macrorregiões e afete de forma importante uma das regiões menos desenvolvidas (Nordeste), também constitui importante problema de saúde em uma das regiões mais desenvolvidas do país (região Sudeste). Recomenda-se, pois que as estratégias de controle da DVA, hoje restritas a áreas de risco (região Nordeste e áreas pobres da região Sudeste), sejam expandidas. Palavras-chave: Deficiência de vitamina A, Saúde da criança, Epidemiologia, Saúde coletiva.

DETERMINANTES DO USO DA ANTICONCEPÇÃO DE EMERGÊNCIA ENTRE ADOLESCENTES ESTUDANTES DE ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS

Chofakian, C.B.N. (1); Borges, A.L.V. (1); Sato, A.P.S. (2); Alencar, G.P. (3); Santos, O.A. (1); Fujimori, E. (1);

INSTITUIÇÃO: 1 - EEUSP; 2 - EEUP; 3 - USP;

Introdução: A prática contraceptiva na adolescência é um evento complexo, com idas e vindas, alternâncias de uso e não uso de métodos. Justamente nestes momentos de inconsistências e descontinuidades, a anticoncepção de emergência é adotada como opção para a prevenção de uma gravidez não planejada. Apesar de já presente no cenário nacional há alguns anos, pouco ainda se sabe sobre os determinantes de seu uso entre adolescentes brasileiros. Objetivos: Analisar os determinantes do uso da anticoncepção de emergência entre adolescentes estudantes de escolas públicas e privadas. Método: Estudo transversal com amostra probabilística estratificada por tipo de escola (pública e privada) do município de Arujá, São Paulo. Todos os 307 entrevistados eram solteiros, entre 15 e 19 anos de idade e sexualmente experientes. Utilizou-se um questionário auto-aplicado em 2011, após assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelos pais ou

responsáveis. Modelagem de equações estruturais no Mplus versão 5.21 foi utilizada na análise, com nível de significância de 5%. A hipótese testada foi: conhecer alguém que já usou a anticoncepção de emergência, qualidade do conhecimento sobre este método (variável latente), tipo de escola (pública/privada: proxy do grupo social) e idade de início da vida sexual exercem efeito direto sobre o uso da anticoncepção de emergência. Resultados: Quase 60% [57,7%; IC95%: 52,2-63,2] dos adolescentes já haviam usado a anticoncepção de emergência. A qualidade do conhecimento sobre o método ($p=0,176$), idade de início da vida sexual ($p=0,330$) e tipo de escola ($p=0,498$) não mostraram efeitos significativos sobre seu uso. Conhecer alguém que já usou anticoncepção de emergência foi a única variável que apresentou efeito significativo ($p<0,001$). Foi observado efeito estatisticamente significativo da idade na primeira relação sexual e do tipo de escola sobre a qualidade do conhecimento sobre a anticoncepção de emergência; do tipo de escola sobre a idade de início da vida sexual e sobre o conhecimento de alguém que já tenha usado o método. Conclusões: Conhecer alguém que já tenha usado a anticoncepção de emergência foi o principal elemento determinante de seu uso entre adolescentes. Isto mostra que o grupo de pares exerce uma grande influência na decisão por usar a anticoncepção de emergência, independentemente da qualidade do conhecimento sobre o método ou do grupo social a que o adolescente pertence.

DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DE ADULTOS COM LIMITAÇÕES NA PARTICIPAÇÃO SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES PARA A ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE

Rodrigues, S. M. (1); Aoki, M. (1); Oliver, F.C. (1);

INSTITUIÇÃO: 1 - Universidade de São Paulo;

Introdução: Parceria no âmbito de ensino, pesquisa e atenção entre curso de graduação em Terapia Ocupacional e Unidade Básica de Saúde (UBS) possibilita realização de diferentes atividades assistenciais entre elas o Grupo de Convivência Família Mosaico, composto por 15 pessoas (com idades entre 18 e 60 anos) com limitações na participação na vida social, familiares, profissionais e estudantes. Nos encontros semanais o grupo realiza artesanato em mosaico, como possibilidade de produção de objetos significativos e de desenvolvimento de um ambiente

de escuta e diálogo para as questões relacionadas às pessoas, suas necessidades e possibilidades de acesso a direitos. Há necessidade de ampliar as atividades assistenciais a essa população na UBS. Objetivos: Conhecer o perfil sociodemográfico e de saúde das pessoas com limitações na participação social cadastrados pela área de terapia ocupacional com o intuito de contextualizar e ampliar a atenção prestada. Método: Trata-se de estudo descritivo e exploratório, realizado em 2011. Primeiramente, foram estudados os prontuários e dados do Sistema de Informações da Atenção Básica (SIAB), para conhecer aspectos sócio-demográficos e de saúde de 139 adultos (entre 18 e 60 anos de idade) cadastrados. Posteriormente, 21 pessoas que frequentaram o Grupo Família Mosaico foram entrevistadas no domicílio, para detalhamento de suas necessidades de atenção. Resultados: O estudo dos prontuários e SIAB indica número superior de sujeitos do sexo masculino, com idades entre 21 a 30 anos, solteiros, desempregados e com baixa escolaridade. Os comprometimentos de saúde mais frequentes foram: hipertensão arterial, presença de dores e diabetes mellitus. Poucas pessoas recebiam tratamento em reabilitação, sendo o atendimento em Terapia Ocupacional o mais mencionado, reflexo do trabalho desenvolvido na unidade de saúde. Conclusão: Os problemas de saúde das pessoas com deficiência, incapacidades e limitações nas atividades cotidianas identificadas têm semelhança com aqueles da população em geral, o que indica que o serviço de saúde também deve preocupar-se com esse grupo no desenvolvimento de práticas tanto de promoção da saúde, prevenção de doenças, como de diagnóstico, tratamento e reabilitação mais contextualizadas. É necessário ênfase na saúde dos homens e nas condições relacionadas à inclusão no trabalho e escolaridade, bem como no estudo das questões relacionadas ao acesso das mulheres com limitações à unidade de saúde.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA PROMOÇÃO DA SAÚDE COM TRÂNSITO SOLIDÁRIO

Oliveira, SC (1); Pelicioni, MCF (1);

INSTITUIÇÃO: 1 - Faculdade de Saúde Pública/USP;

A poluição do ar é um fenômeno decorrente, principalmente, da atividade humana em vários setores,